

REENERGISA GERAÇÃO  
FOTOVOLTAICA VI S/A

RESULTADOS  
2025

 reenergisa

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA VI S/A  
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA VI S/A

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	5.797	3.270
Clientes	5	-	66
Tributos a recuperar	6	2	13
Outros créditos		852	609
<b>Total do circulante</b>		<b>6.651</b>	<b>3.958</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	22	12
		<b>22</b>	<b>12</b>
Imobilizado	7	18.775	20.186
Intangível	8	412	430
<b>Total do não circulante</b>		<b>19.209</b>	<b>20.628</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>25.860</b>	<b>24.586</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	9	1	1
Arrendamentos operacionais	10	29	55
Impostos e contribuições sociais	11	359	163
Dividendos a pagar		264	12
Outros passivos		26	11
<b>Total do circulante</b>		<b>679</b>	<b>242</b>
<b>Não circulante</b>			
Arrendamentos operacionais	10	415	392
Provisão para desmobilização		1.324	1.324
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.739</b>	<b>1.716</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	13.1	21.453	20.881
Reserva de lucros	13.2 e 13.4	908	94
Reserva especial de dividendos	13.3	1.081	1.081
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	572
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>23.442</b>	<b>22.628</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>25.860</b>	<b>24.586</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	14	2.256	3.143
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	15	(903)	(1.011)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.353</b>	<b>2.132</b>
Despesas gerais e administrativas	15	6	(7)
Outras receitas/despesas		(78)	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>1.281</b>	<b>2.125</b>
Receitas financeiras	16	482	63
Despesas financeiras	16	(59)	(19)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	16	<b>423</b>	<b>44</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>1.704</b>	<b>2.169</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(591)	(352)
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>		<b>1.113</b>	<b>1.817</b>
<b>Lucro/Prejuízo básico por ação - R\$</b>	18	<b>0,14</b>	<b>0,23</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA OSEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>	1.113	1.817
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos</b>	<b>1.113</b>	<b>1.817</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Reserva Especial de Dividendos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Reserva legal					
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>20.269</b>	-	-	-	<b>(582)</b>	<b>612</b>	<b>20.299</b>
Aumento de capita com AFAC conforme AGE do dia 15/05/2024	13.1	612	-	-	-	(612)	-
Ajuste anos anteriores	-	-	-	-	(48)	-	(48)
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.817	-	1.817
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	13.2	-	59	-	(59)	-	-
Dividendos	13.4	-	-	-	(12)	-	(12)
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	35	(35)	-	-
Reserva especial de dividendos	13.3	-	-	-	1.081	(1.081)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	-	-	572	572
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>20.881</b>	<b>59</b>	<b>35</b>	<b>1.081</b>	<b>-</b>	<b>572</b>	<b>22.628</b>
Aumento de capita com AFAC conforme AGE do dia 24/04/2025	13.1	572	-	-	-	(572)	-
Pagamento de dividendos	-	-	(35)	-	-	-	(35)
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.113	-	1.113
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	13.2	-	56	-	(56)	-	-
Dividendos	13.4	-	-	-	(264)	-	(264)
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	793	(793)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>21.453</b>	<b>115</b>	<b>793</b>	<b>1.081</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.442</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A  
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais)

		2025	2024
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
<b>Receitas</b>			
Receitas de locação de equipamentos e prestação de serviços	14	2.341	3.262
Outras receitas		634	-
		2.975	3.262
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Serviços de terceiros	15	(31)	(3)
Outros custos operacionais		(765)	(21)
		(796)	(24)
<b>Valor adicionado bruto</b>			
Depreciação e amortização	15	(830)	(1.013)
		1.349	2.225
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>			
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	16	482	63
		482	63
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>			
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		676	471
Estaduais		2	1
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>			
Juros	16	59	19
Aluguéis		(19)	(20)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Dividendos	13.4	1.057	47
Lucros reditos /Prejuízo do exercício		56	1.770
		<b>1.831</b>	<b>2.288</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) do exercício	1.113	1.817
Reclassificação de anos anteriores	-	(48)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	591	352
Despesas (receitas) com juros, variações monetárias - líquidas	(423)	-
Depreciação e amortização	830	1.013
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>		
Clientes	7	704
Tributos a recuperar	1	-
Outros créditos	(243)	(622)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	-	(6)
Tributos e contribuições sociais	(87)	(267)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(308)	(85)
Outras contas a pagar	15	1.335
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>1.496</b>	<b>4.193</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras e recursos vinculados	482	(66)
Aplicações no imobilizado e intangível	(114)	(1.758)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	713	(3)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>1.081</b>	<b>(1.827)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamentos de debentures - principal e juros	-	6
Pagamento de dividendos	(47)	-
Aumento de capital	-	572
Adiantamento para futuro aumento de capital	(3)	109
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(50)</b>	<b>687</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>2.527</b>	<b>3.053</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	3.270	217
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5.797	3.270
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>2.527</b>	<b>3.053</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S.A**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

## 1. Contexto operacional

A Reenergisa Geração Fotovoltaica VI (“Reenergisa VI” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto a implantação, desenvolvimento e exploração de usina solar, na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada.

Em 28 de janeiro de 2022 a controladora Alsol Energias Renováveis S/A (“Alsol”) celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças, por meio do qual se tornou titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes companhias: SPE Vision Solar I Ltda, Vision Francisco Sá SPE S/A, Vision Itaobim SPE S/A, UFV Vision IV Curvelo S/A, SPE Vision V Almenara Ltda, UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda, SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda, Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

Em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição da Companhia pela sua controladora Alsol.

Nos últimos anos, a Companhia intensificou os investimentos em sistemas próprios para locação com o intuito de expandir sua cartela de clientes e maior atuação no mercado de energias renováveis.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com o IFRS Accounting Standard emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

### 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Políticas contábeis materiais

**a) Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**b) Clientes** – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

**c) Imobilizado** – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

Desmobilização dos ativos fotovoltaicos: considerando que as usinas possuem contratos de arrendamento do terreno e assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

**d) Intangível** – os ativos intangíveis compreendem o direito de uso e os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas;

#### e) Redução a valor recuperável

##### Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

**Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

**f) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

**g) Arrendamento** – os contratos são avaliados, se ele é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

– Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

– Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

**h) Provisões** – são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

**i) Dividendos** – os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;

**j) Receita operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de

locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

**k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

**l) Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board.

#### (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### (ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2025 equivale a 87,0% do CDI.

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	31	49
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>		
Operações Compromissadas <sup>(1)</sup>	5.766	3.221
<b>Total caixa e equivalentes de caixa - circulante</b>	<b>5.797</b>	<b>3.270</b>

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação, com base nas taxas vinculadas ao CDI.

#### 5. Clientes

Descrição	2024
Serviços não faturados <sup>(1)</sup>	66
<b>Total - Circulante</b>	<b>66</b>

(1) O valor dos serviços não faturados refere-se à apropriação por provisão na competência referentes à prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas apurados na data do balanço. Os saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

#### 6. Tributos a recuperar

Descrição	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ <sup>(1)</sup>	22	12
Impostos e contribuições a Recuperar - IRRF	-	10
Outros	2	3
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>25</b>
<b>Total - circulante</b>	<b>2</b>	<b>13</b>
<b>Total - não circulante</b>	<b>22</b>	<b>12</b>

(1) Referem-se a créditos de tributos a recuperar ou retidos na fonte, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 7. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos em 2024	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 2025
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
<b>Custo</b>						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	679	-	-	-	679
Máquinas e Equipamentos <sup>(1)</sup>	4,10%	19.342	-	(783)	-	18.559
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>20.021</b>	<b>-</b>	<b>(783)</b>	<b>-</b>	<b>19.238</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(2)	-	-	(22)	(24)
Máquinas e Equipamentos		(990)	-	70	(790)	(1.710)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(992)</b>	<b>-</b>	<b>70</b>	<b>(812)</b>	<b>(1.734)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>19.029</b>	<b>-</b>	<b>(713)</b>	<b>(812)</b>	<b>17.504</b>
Imobilizado em curso		1.157	114	-	-	1.271
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>20.186</b>	<b>114</b>	<b>(713)</b>	<b>(812)</b>	<b>18.775</b>

	Taxa média anual de depreciação (%)	Saldos em 2023	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 2024
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
<b>Custo</b>						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	-	-	679	-	679
Máquinas e Equipamentos <sup>(1)</sup>	4,10%	-	-	19.342	-	19.342
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.021</b>	<b>-</b>	<b>20.021</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		-	-	-	(2)	(2)
Máquinas e Equipamentos		-	-	-	(990)	(990)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(992)</b>	<b>(992)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.021</b>	<b>(992)</b>	<b>19.029</b>
Imobilizado em curso		19.452	1.726	(20.021)	-	1.157
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>19.452</b>	<b>1.726</b>	<b>-</b>	<b>(992)</b>	<b>20.186</b>

<sup>(1)</sup> Inclui R\$1.324 (1.324 em 2024) deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontram instalados as Usinas quando do encerramento dos contratos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo.

## 8. Intangível – direito de uso

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2024	Amortização	Saldos em 2025
<b>Direito de Uso – Imóveis</b>				
Custo	4,01%	449	-	449
Amortização Acumulada		(19)	(18)	(37)
<b>Total Intangível – direito de uso</b>		<b>430</b>	<b>(18)</b>	<b>412</b>

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2023	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
<b>Direito de Uso - Imóveis</b>						
Custo	4,67%	417	32	-	-	449
Amortização Acumulada		(1)	-	3	(21)	(19)
<b>Total Intangível - direito de uso</b>		<b>416</b>	<b>32</b>	<b>3</b>	<b>(21)</b>	<b>430</b>

## 9. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedores de serviços	1	1
<b>Total - Circulante</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

## 10. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Amortização	Saldos em 2025
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	447	(3)	444
<b>Total</b>			<b>447</b>	<b>(3)</b>	<b>444</b>
<b>Circulante</b>			<b>55</b>		<b>29</b>
<b>Não circulante</b>			<b>392</b>		<b>415</b>

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2023	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Arrendamentos operacionais	-					
Terrenos	25	11,05%	417	(62)	92	447
<b>Total</b>			<b>417</b>	<b>(62)</b>	<b>92</b>	<b>447</b>
<b>Circulante</b>			<b>49</b>			<b>55</b>
<b>Não circulante</b>			<b>368</b>			<b>392</b>

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2026	18
2027	18
2028	18
2029	18
2030	18
Após 2030	302
<b>Total</b>	<b>415</b>

## 11. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2025	2024
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	195	85
Imposto sobre Serviços – ISS	37	37
Contribuição social s/o lucro – CSLL	107	32
Contribuições ao PIS e a COFINS	19	8
Outros	1	1
<b>Total – circulante</b>	<b>359</b>	<b>163</b>

## 12. Transações com partes relacionadas

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços prestados <sup>(2)</sup>	Saldo a receber <sup>(2)</sup>	Recursos destinados a futuro aumento de capital <sup>(1)</sup>
ALSOL Energia Renováveis S/A	2.407	508	-
<b>2025</b>	<b>2.407</b>	<b>508</b>	<b>-</b>
<b>2024</b>	<b>1.779</b>	<b>208</b>	<b>(572)</b>

<sup>(1)</sup> Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

<sup>(2)</sup> Serviço de geração distribuída.

## 13. Patrimônio líquido

### 13.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$21.453 (R\$20.881 em 2024) e está representado por 8.786.205 (8.214.205 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$572, mediante a emissão de 572.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, passando o capital social de R\$20.881 para R\$21.453.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista ALSOL., mediante capitalização do valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

### 13.2 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### 13.3 Reserva especial de dividendos

O montante de reserva especial de dividendos no exercício de 2025 é de R\$1.081 (R\$1.081 em 2024), se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

### 13.4 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.113	1.814
Absorção de prejuízos	-	630
Reserva legal	(56)	(59)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>1.057</b>	<b>1.128</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	264	282
. Dividendos a pagar – R\$0,030082535 (R\$0,0014177428 em 2024) por ação ordinária	264	12
. Dividendos adicionais propostos – R\$0,090247604 (R\$0,0042532296 em 2024) por ação ordinária <sup>(1)</sup>	793	35
. Reserva especial de dividendos – R\$0,1316185888 por ação ordinária	-	1.081
<b>Total dos dividendos</b>	<b>1.057</b>	<b>1.128</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

<sup>(1)</sup> Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

#### 14. Receita Operacional Líquida

Descrição	2025	2024
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	2.341	3.262
Deduções à receita operacional		
PIS	(15)	(21)
COFINS	(70)	(98)
<b>Total das deduções à receita operacional</b>	<b>(85)</b>	<b>(119)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.256</b>	<b>3.143</b>

#### 15. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2025	2024
Material	30	-	30	-
Serviços de terceiros	1	-	1	3
Depreciação e amortização	812	18	830	1.013
Outras despesas	60	(24)	36	2
<b>Total</b>	<b>903</b>	<b>(6)</b>	<b>897</b>	<b>1.018</b>

#### 16. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	482	63
<b>Total receita financeira</b>	<b>482</b>	<b>63</b>
Ajuste a valor presente – AVP	(59)	(16)
Despesas bancárias	-	(1)
Juros/multas	-	(2)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(59)</b>	<b>(19)</b>
<b>Receitas (Despesas) financeiras líquidas</b>	<b>423</b>	<b>44</b>

#### 17. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social, que afetam o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Regime lucro presumido	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita da prestação de serviços	2.341	2.341	3.263	3.263

Alíquota de presunção	32%	32%	32%	32%
<b>Base de cálculo</b>	<b>749</b>	<b>749</b>	<b>1.044</b>	<b>1.044</b>
Receita sobre aplicações financeiras	334	334	63	63
Outras receitas financeiras	731	731	-	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.065</b>	<b>1.065</b>	<b>63</b>	<b>63</b>
Base de cálculo total	1.814	1.814	1.107	1.107
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(272)	(163)	(166)	(100)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(158)	-	(86)	-
Outros	2	-	-	-
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido</b>	<b>(428)</b>	<b>(163)</b>	<b>(252)</b>	<b>(100)</b>

## 18. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2025	2024
Lucro(prejuízo) do exercício	1.113	1.817
Média ponderada das ações	8.596	8.010
<b>Lucro(prejuízo) básico por ação em Reais - R\$ <sup>(1)</sup></b>	<b>0,14</b>	<b>0,23</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 19. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

## 20. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não examinadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2025	2024
Risco Operacional	06/10/2026	90.000	28	36
<b>Total</b>			<b>28</b>	<b>36</b>

## 21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da empresa, é o que segue:

Descrição	2025	2024
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aumento de capital	572	612

## Diretoria

Guilherme Perdigão Nascimento  
Diretor Presidente

Fernando Lima Costalonga  
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

Rodolfo da Paixão Lima  
Contador CRC-RJ 107.310/0-0

\*\*\*